

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Subsidiárias da Copasa não oferecem condições para qualidade nos serviços



A grande preocupação do Sindicato de que a Copasa estava sendo quebrada em subsidiárias de condições de trabalho precarizadas está se confirmando. Nas negociações dos acordos coletivos da Copanor, Águas Minerais e "Jaíba" a comissão constituída pela Copasa foi treinada para repetir NÃO para qualquer possibilidade de dar condições aos trabalhadores para prestarem serviços de qualidade.

A pregação do governo de que a divisão da Copasa permitiria melhor atendimento de áreas pobres, como o Vale do Mucuri, se mostra uma farsa. Na verdade limpam a Copasa dos compromissos com os mais pobres, para que sobre dinheiro para os mais ricos que compram ações da empresa e deixaram para atender os grotões de pobreza subsidiárias sem investimentos, com trabalhadores mal remunerados e uma perspectiva sombria sobre os compromissos do Estado com as condições de saneamento ambiental. Página 4

R\$ 622,73



O salário mínimo chega no ano novo a R\$ 622,73, num salto de 14,26%, aumentando em R\$ 77,73 o atual valor de R\$ 545,00. Quem tem piso baixo terá que se virar para aumentá-lo. Página 3

Quem continuou no BD tem nova chance de migrar para planos da Previminas

A direção da Previminas compareceu ao SINDÁGUA para explicar as medidas saneadoras na instituição e como será o processo de nova oportunidade de migração para os trabalhadores que continuaram no plano de Benefício Definido (BD). O presidente da Previminas, Fábio Avelar, elogiou o trabalho do SINDÁGUA e do Grupo Complementação para modelar planos que protegem os direitos dos participantes. Página 2



Copasa não dá valor a trabalhadores no Jaíba

Página 4

Eletricitários enfrentam pressão para acordo coletivo

Página 3

Trabalhador deve fiscalizar promoções do PCCS

Página 5

Fora da Copasa as negociações caminham

Os trabalhadores na empresa Foz do Brasil, em Jeceaba, e no SAAE de Sete Lagoas, ampliam seu poder de mobilização e os patrões já cedem nas negociações. Fora de data-base, em Sete Lagoas foi alcançada melhoria na cesta básica. Em Jeceaba, os patrões vêem a necessidade de flexibilidade nas negociações para não engrossar o caldo da luta. Página 4



Nova oportunidade para migração na Previminas será no início do próximo ano

“O SINDÁGUA e o Grupo Complementação tiveram papel determinante para orientar as mudanças que garantiram os direitos dos participantes na Previminas.” A declaração do presidente da Previminas, Fábio Avelar, demarcou a presença da direção da Fundação no último dia 23 de novembro, no SINDÁGUA, quando foram expostos os planos da Previminas para o próximo ano.

Uma grande campanha de esclarecimento dos participantes será posta em prática a partir de janeiro visando orientá-los sobre o impacto da eventual migração de cerca de 640 trabalhadores que continuam no plano de Benefício Definido. A nova oportunidade de migração deverá acontecer em fevereiro e março de 2012, utilizando-se as mesmas ferramentas usadas no último processo, quando os participantes optaram em permanecer no BD ou pelos planos Contribuição Definida (CD) e ou salgado.

A direção da Previminas participará brevemente da reunião com a diretoria plena do SINDÁGUA possibilitando a todos os diretores participarem do processo de esclarecimento dos trabalhadores antes de se posicionarem diante da nova oportunidade de migração.

O sindicato cobrou da Previminas um intenso trabalho de orientação com cartilhas e instrumentos como respostas a perguntas mais frequentes para esclarecer dúvidas dos participantes.



PPP do saneamento é vender a saúde do povo



O SINDÁGUA presidente no lançamento da campanha nacional contra a PPP

Sindicatos que representam trabalhadores em saneamento de todo o País foram reunidos em Maceió pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) para o lançamento da campanha “Água para o Brasil”.

O objetivo primordial da campanha é a mobilização nacional contra os processos de privatização e os contratos Públicos de Parceria Privada (PPP's) no setor de saneamento.

Esta campanha coincide com um momento em que o País, pelas instâncias fiscalizadoras, vem desmanchando esquemas de corrupção e contratos fraudulentos com empresas terceirizadas, numa vigilância cerrada de mecanismos do governo e do Ministério Público.

No evento de Maceio, que teve a representação do SINDÁGUA através dos diretores José Maria, Renato Rodrigues e do dirigente da FNU, Rogério Matos, foram denunciadas situações escandalosas de precarização em várias empresas públicas de saneamento, iniciativa sempre indicadora de redução destas empresas ao estado mínimo para entrega-las à iniciativa privada. Além da terceirização de atividades-fim destas empresas, todas passam a ser seriamente ameaçadas pelas PPP's, com atividades normalmente entregue a conhecidos financiadores de campanha de tubarões políticos pelos estados.

Foi demonstrado no encontro que o setor privado se mostra ávido pelas empresas públicas de saneamento, pois encontram estruturas já prontas e estabelecem contratos de PPP's com prazos gigantescos de 20 ou 30 anos, com expectativa de retorno praticamen-

te imediato de lucratividade.

Apesar de o setor de saneamento dever ser considerado como estratégico para o desenvolvimento econômico do País e para a saúde da população, a iniciativa privada ataca o “monopólio” do Estado e dificulta a busca incessante da sociedade pela universalização do saneamento, de forma a atingir as regiões mais pobres. O setor privado quer o “filé”, as concentrações urbanas onde podem arrecadar fortuna com tarifas elevadas, deixando os grotões de pobreza, onde precisa de investimentos a fundo perdido para as contas do governo.

As PPP's em nosso País vão na contramão de tendência de vários países desenvolvidos, onde os serviços estão sendo reestatizados, seja por causa de aumentos abusivos nas tarifas ou pela precariedade da prestação de serviços.

Além disto é muito difícil garantir a participação da sociedade em instrumentos de controle social com os serviços de saneamento nas mãos do poder privado, com reflexos também numa das conquistas da sociedade pela transparência, quando definiu constitucionalmente que cargos preenchidos em serviços públicos deveriam passar por concurso público, sepultando a prática de pistolões indicando funcionários para garantir concessões de serviços.

A campanha contra as PPP's e a privatização do setor de saneamento será intensificada em todo o País, mobilizando a população, representações parlamentares, o Ministério Público, os meios de comunicação e todas as instâncias que zelam por uma sociedade justa e transparente.

SINDÁGUA Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Edição:** José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP
Redação: Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP - **Diagramação:** Alison Christian de Moura - **Tiragem:** 10 mil - **Impressão:** Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100
www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@sindagua.com.br - [Jornal SINDÁGUA comunicacao@sindagua.com.br](mailto:jornal.sindagua@comunicacao@sindagua.com.br)

Ministério Público pune terceirização irregular em Pernambuco

Celpe deve contratar eletricitistas terceirizados

Uma ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) vitoriosa na Justiça obriga a empresa Celpe (distribuidora de energia em Pernambuco) a contratar, em 180 dias, todos os eletricitistas que prestam serviços através de processos de terceirização.

No processo do MPT foi solicitada a contratação de todos os profissionais terceirizados que prestavam serviços em atividades-fim da empresa. Procuradores do trabalho da região Nordeste conseguiram uma liminar que impõe a mesma exigência à Coelba, distribuidora da Bahia da Neoenergia, mesma empresa que terceiriza em Pernambuco. O MPT considera que a terceirização precarizou o trabalho. Como consequência, diz que essa situação levou ao aumento do número de acidentes fatais entre trabalhadores terceirizados. Em 2010, o número de mortes entre terceirizados foi dez vezes maior do que entre trabalhadores contratados.

A ofensiva contra a terceirização será intensificada em todo o País no próximo ano. As ações judiciais são resultado do Projeto Alta Tensão, criado pela Coordenadoria Nacional de Combate a Fraudes do MPT. A ideia é construir uma base jurídica para a proposição de várias ações contra as distribuidoras de energia elétrica no Brasil, a partir de 2012.

Nas discussões que aconteceram recentemente no Tribunal Superior do Trabalho (TST) tivemos a participação da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que além de trabalhadores do setor elétrico representa também os companheiros no saneamento, quando foi denunciado também o processo de terceirização em atividades-fim no setor.



Eletricitários mobilizados

Primeiro o Acordo Coletivo, depois a PLR

Após uma paralisação com prazo determinado de 48 horas, os trabalhadores da Cemig voltaram à mesa de negociações dispostos a pressionar a empresa a debater, verdadeiramente, a pauta de reivindicações.

Nas assembleias realizadas no dia 23 de novembro, em todo o Estado, a categoria reiterou que só vai discutir a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) depois de negociar o Acordo Coletivo de Trabalho.

A categoria está mobilizada e muito indignada com o desrespeito e a política de discriminação adotada pela Cemig. Desde o início, a direção patronal vem tencionando as negociações, na tentativa de usar a campanha salarial para impor privilégios para os altos salários e precarizar ainda mais as condições de trabalho dentro da empresa.

Os eletricitários querem um Acordo Coletivo Único (que inclua a Cemig S), ganho real e o fim das terceirizações nas atividades da empresa. E vão usar todas as ferramentas necessárias para garantir suas conquistas.

Nem a coação patronal, a ameaça de Dissídio Coletivo ou a perseguição aos dirigentes sindicais vai impedir esta categoria combativa de manter a sua luta por melhores salários e pela valorização dos trabalhadores.

Mexeu com os eletricitários, mexeu comigo - Essa é uma luta não apenas



dos trabalhadores da Cemig, mas de todos os mineiros. Precisamos dar um basta no “choque de gestão” do Governo de Minas que impõe os piores pisos salariais e o sucateamento das nossas estatais. A Cemig, assim como a Copasa, são empresas públicas e seus trabalhadores precisam ter condições dignas de trabalho para poderem garantir a prestação de serviços de qualidade.

Não podemos achar normal que acabe a energia sempre que chove. Isso é reflexo da falta de investimentos e na redução do quadro de pessoal, além da política de terceirização e de entrega dos serviços públicos para empresas privadas.

O SINDÁGUA-MG apoia a luta dos eletricitários e defende que a Cemig cumpra sua função social de empresa pública, ofertando serviços e empregos de qualidade. Os trabalhadores da Copasa também dizem NÃO! à terceirização, aos altos lucros pagos aos acionistas e à desvalorização do trabalhador.

Salário mínimo vai a R\$ 622,73

O salário mínimo terá um reajuste de 14,26% e seu valor salta de R\$ 545,00 para R\$ 622,73 a partir de 1º de janeiro. O reajuste é resultado do INPC acumulado de 6,65% e mais os 7,5% do PIB (Produto Interno Bruto) de 2010 e confirma a política adotada desde o governo Lula em negociações com as centrais sindicais.

O importante reajuste no salário mínimo provocará impacto em muitas categorias profissionais, que têm seus pisos salariais em valores muito baixos, podendo inclusive serem superados pelo menor valor salarial permitido no País. Este é o caso, por exemplo, do vergonhoso nível salarial praticado pelas subsidiárias da Copasa, que passam por dificuldades no processo de negociações dos acordos coletivos.

Agora começa uma nova guerra dos trabalhadores aposentados e pensionistas para um reajuste igual ao do salário mínimo nas aposentadorias.

Copasa se mantém inflexível nas negociações das subsidiárias

O grupo de negociadores da Copasa que discute os acordos coletivos das subsidiárias da empresa confirma as ameaçadoras previsões de que estes “apêndices” seriam tratados com profundo descaso, deixando visível a precarização das condições de trabalho e dos serviços. A postura dos prepostos da Copasa ao discutir os acordos coletivos das Águas Minerais, da Copanor e do Jaíba não condiz com o lugar comum do entendimento nas negociações sindicais, do crescimento empresarial e com os resultados positivos de crescimento das atividades empresariais no País.



Indistintamente todas as subsidiárias pagam salários aviltantes. Na Copanor foi necessário até aumentarem o Piso Salarial

porque este foi superado pelo salário mínimo.

No nível 1 da tabela de agente de saneamento, o menor salário tinha o escandaloso valor de R\$ 519,18 e o maior de (nível 7) de R\$ 1.097,28.

Alheia a esta situação desastrosa, a empresa quer conceder um reajuste de apenas 6,65%, ou seja, já em janeiro o salário mínimo superará em muito o novo salário reajustado. A empresa se recusa também em fornecer tíquete alimentação.

O que prevíamos acontece de forma desastrosa. Nenhum investimento é feito na Copanor, não há contratação de pessoal e os serviços para as localidades mais pobres do Estado ficam seriamente ameaçadas.

Falta trabalhadores e condições de trabalho no Jaíba

Apesar de ter resultados superavitários, são mantidos apenas 15 trabalhadores na Copasa Serviços de Irrigação, no Jaíba. Os companheiros reclamam excesso de trabalho e dos salários bem próximos do salário mínimo.

Nas negociações do acordo coletivo, a comissão da Copasa se nega em oferecer sequer plano de saúde aos trabalhadores e justifica a precariedade das condições de trabalho pela falta de correção nas tarifas nos últimos cinco anos.

A proposta da empresa não avança e mantém os trabalhadores em condições deploráveis. Vai longe o tempo em que o saneamento considerado como responsabilidade do Estado era aplicado pela Copasa através do sistema de subsídio cruzado, condição que permitia às massas mais pobres da população terem acesso à água tratada e condições sanitárias que protegiam a saúde não apenas deles, mas até mesmo dos grandes centros, que deixavam de ter hospitais lotados por enfermidades por falta de cuidados essenciais.

As subsidiárias da Copasa vão sendo usadas como forma de conter gastos e a “matriz” como instrumento de gerar lucros para acionistas.

Acordo difícil nas águas minerais

Continua o impasse nas discussões do acordo coletivo nas “Águas Minerais”. A proposta de apenas reajuste pelo INPC e valor global de R\$ 236,06 para os tíquetes alimentação foi rejeitada pelos trabalhadores em assembleia.

Existe ainda profunda distorção na tabela salarial. Trabalhadores mais

antigos na atividade recebem salários menores do que os companheiros que são chefiados. Na mesa de negociações continua a posição endurecida dos negociadores da Copasa, mesmo sabendo do mal estar que provocam na base de trabalhadores das Águas Minerais, que acusam falta de recursos e descaso com o futuro da empresa.

Negociações avançam em Jeceaba e em Sete Lagoas

Apesar de já terem rejeitado a proposta patronal, os trabalhadores na Foz do Brasil, em Jeceaba, continuam negociando. A última proposta ficou acertado um reajuste de 8,5% (INPC + 1,2% de ganho real) retroativo a 1º de outubro, PL a ser negociada em março/2012 com pagamento em abril/2012 garantindo no mínimo 1 e 1/2 folha de pagamento e o PCS a ser implantado no mês de março/2012 com acompanhamento do SINDÁGUA. Ficando pendentes a cesta-básica e o reconhecimento de um delegado sindical e seu suplente.

Em Sete Lagoas, apesar de terem a data-base em maio, os trabalhadores conseguiram um acordo provisório, que



elevou o valor da cesta básica de R\$ 85,00 para R\$ 136,00. Os trabalhadores mostram, a cada dia, maior poder de mobilização e de unidade, com importante participação junto ao Sindicato.

Corrupção: entre a banalidade e a perplexidade

Volta e meia o tema da corrupção ganha a cena na mídia e nos debates da sociedade. É compra de votos aqui, dinheiro na mala e na cueca ali, parlamentares envolvidos em escândalos, desvios de verbas públicas e contratação de parentes. São inúmeros os casos e uma avalanche de denúncias que mal damos conta de acompanhar. Isso tem um duplo efeito: de um lado deixa os cidadãos perplexos e de outro faz a corrupção ser vista como algo banal. Os dois efeitos são perniciosos...

A perplexidade traz uma rápida sensação de repúdio. Quem não fica com raiva de toda esta roubalheira e de ver o dinheiro público enriquecendo uns e outros? O problema é que o cidadão perplexo fica com a sensação de incapacidade, de não saber como agir e sem condições de

avaliar criteriosamente os acontecimentos. Com isso, toda e qualquer denúncia é tida como verdadeira e a máxima “no governo só tem bandido” é repetida sem pestanejar. Dessa maneira, a corrupção é usada não só para desestruturar governos e aniquilar determinados parlamentares, mas para fragilizar as nossas instituições democráticas, fazendo com que a política seja vista como algo sujo e coisa de gente desonesta.

Já a banalidade faz a corrupção ser vista como algo tão comum e corriqueiro, que o cidadão tem o sentimento de que nada vai mudar isso, pelo contrário, a mídia vende a ideia de que nunca teve tanta corrupção no Brasil. Isso faz com que passem despercebidas as iniciativas de combate à corrupção implantadas no país nos últimos anos, como: a autonomia do

Ministério Público e do Tribunal de Contas da União desde 1988, a criação da Controladoria Geral da União em 2001 e a atuação da Polícia Federal a partir de 2003. Assim, ao invés de acreditar que hoje existe a possibilidade de descobrir casos de “colarin ho branco” que antes existiam mas ficavam encobertos, fica a impressão que a corrupção cresce a cada dia e que há mais corrupção agora do que em governos anteriores.

Entre a banalidade e a perplexidade, a corrupção vai sendo discutida só em cima das suas consequências sem que sejam debatidas as suas reais causas. E o remédio para extirpar esse mal – que deveria ser o aprimoramento das nossas instituições democráticas e das formas de controle – passa a ser apenas a boa e velha “faxina”. É muito mais fácil e cômodo “pedir a cabeça” de um, dois ou quantos outros, do que debater a necessidade de rever o sistema de financiamento dos partidos e as coalizões de governo que levam às negociatas, que afetam tanto a direita quanto à esquerda desde 1994, para o Executivo cons eguir a maioria no Congresso Nacional.

Sim, precisamos ir às ruas manifestar a indignação dos milhões de brasileiros contra os atos de corrupção. Mas não basta só entrar no jogo da grande mídia e dos opositores de plantão que dão a entender que uma simples troca de personagens vai dar conta da complexidade do fenômeno. A corrupção é decorrência de uma série de fatores, tanto políticos quanto econômicos, que envolve desde o conhecimento dos nossos direitos, passando pelas desigualdades sociais até a cultura política que permeia as instituições brasileiras. Para mudar o cenário, é necessário mais do que uma “dança de cadeiras”, mas forta lecer a democracia participativa e realizar uma reforma política séria e estrutural.

Trabalhador deve fiscalizar PCCS e cumprimento do acordo coletivo

Trabalhadore em várias localidades denunciaram ao sindicato problemas relativos a enquadramentos de companheiros através das etapas iniciais de implantação do novo Plano de Cargos e Salários. Quaisquer distorções apontadas são imediatamente apuradas e tomadas.

Continuam severas as reclamações dos trabalhadores denunciando principalmente distorções de enquadramentos por causa das considerações de “porte” de cada localidade, que penaliza o princípio de isonomia dentro da empresa.

Continuamos verificando em todo o Estado o grande problema da falta de pessoal. A Copasa não substitui pessoal, não contrata,

mesmo assumindo novos sistemas e ampliando seus serviços de esgotos. Os trabalhadores continuando sufocados pela excessiva carga de trabalho.

Em dezembro entramos na fase das “promoções” e todos devemos zelar para os princípios definidos no regulamento do PCCS seja preservado, de forma que gerentes não privilegiem ninguém na evolução profissional e que os processos sejam transparentes.

Alertamos aos trabalhadores que quaisquer erros e conduta viciada nestes processos devem ser comunicados imediatamente ao sindicato para que possamos defender a igualdade de direitos dos companheiros.

Prêmios de um lado e precarização de outro

Os trabalhadores no saneamento em Minas têm uma representação sindical que é respeitada em todo o Estado. Este respeito foi alcançado na luta, na mobilização das greves e nas vitórias em processos judiciais e em acordos coletivos.

Apesar do saldo positivo, o presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, afirma que “ainda há muito trabalho para o sindicato fazer”. Esta constatação da direção do SINDÁGUA MG está flagrante nas reuniões que vêm sendo realizadas nas diversas localidades do interior do Estado, onde os trabalhadores apelam por um socorro imediato pela melhoria nas condições de trabalho. São várias as demandas: substituição dos veículos sucateados, aquisição de equipamentos de trabalho, contratação de trabalhadores para cobrir as vagas existentes, que ocasionam o excesso de horas extras e serviços atendidos fora do prazo para a sociedade, melhorias nas instalações físicas da empresa, que sofre com a falta de adequações dos ambientes e banheiros, falta de investimento e cumprimento de

compromissos com os municípios.

Enquanto a direção da Copasa festeja mais um prêmio, os trabalhadores amargam o sucateamento da empresa e a precarização das relações de trabalho. O triste paradoxo deixa claro que as escolhas da empresa estão pautadas cada vez mais para o gerenciamento e busca de lucros e resultados do que pela melhoria das condições de trabalho e fornecimento de serviços de qualidade.

O próximo troféu que vai para a estante é referente ao Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS, na categoria Platina, que destaca as organizações do setor de saneamento brasileiro que apresentaram as melhores práticas gerenciais e os melhores resultados organizacionais. Isso mesmo, a Copasa agora é premiada por adotar uma política de empresa privada, o que significa aumentar suas atividades com redução de pessoal, achatamento de salários e sobrecarga de trabalho.

É preciso ressaltar que a busca incessante para melhorar o desempenho e gerar lucros está sendo feita à custa da saúde e segurança dos

trabalhadores e também precarizando o atendimento à sociedade. Basta visitar as localidades do Estado para verificar que o aumento das atividades da Copasa não foi acompanhado de adequação do quadro de pessoal e nem dos investimentos necessários. O que acarreta carga excessiva de trabalho e demora na prestação dos serviços.

Se do lado da alta gerência o discurso é de que a premiação deve ser uma alegria compartilhada com todos os empregados, do lado da categoria isso não passa da boa e velha retórica: palavras bonitas e vazias. Visto que, os trabalhadores estão cansados de segurar “no lombo” a empresa e não ser valorizado por isso. Os prêmios não estão resultando no pagamento das horas extras, no aumento dos salários e nem na melhoria das condições de trabalho, estão sendo usados só para ampliar as metas e dizer que o caminho a ser perseguido continuará sendo o dos lucros e resultados. Infelizmente, quem passa pela estante de troféus parece não estar caminhando por outras localidades da empresa.

País será mobilizado contra as PPP's e a privatização

O SINDÁGUA MG participou do lançamento oficial, no dia 8 de novembro de 2011, em Maceió (RN), da campanha nacional contra a privatização e as parcerias público-privadas (PPP's) no setor de água e saneamento. A campanha é uma realização da Federação Nacional dos Urbanitários e mobiliza as entidades sindicais de saneamento de todo

o País a desenvolverem o trabalho de mobilização em cada Estado.

Em Minas, o SINDÁGUA já organiza todos os instrumentos necessários para esclarecimento popular, envolvimento dos deputados e forte campanha nos meios de comunicação populares. Um evento já está programado pelo sindicato no mês de janeiro, quando teremos palestras de estudiosos do assunto e intensificação do trabalho junto à população.

Todo o material da campanha e demais informações podem ser vistos pela internet, na página www.aguaparaobrasil.com.br.



água Para o Brasil

UM DIREITO DE TODOS NÃO PODE VIRAR LUCRO DE ALGUNS

MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DE ÁGUA E SANEAMENTO

Informe-se. Lute pelo que é seu.
Acesse: www.aguaparaobrasil.com.br e participe.

Realização:



Apoio:

